

Paulo Brito >24-10-2002

Juiz de Paz Coordenador do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia

A. propôs contra B. uma acção destinada a efectivar o cumprimento de uma obrigação pecuniária. Alegou que, por lapso, lhe teria passado dois cheques repetidos, no valor de € 1.596,15 cada, para pagamento da última prestação de um tractor que lhe havia adquirido, pelo que B., sem qualquer fundamento, se teria enriquecido à sua custa no valor do segundo cheque, peticionando, assim, a devolução desse quantitativo acrescida de juros de mora vencidos e vincendos. B. contestou dizendo que o segundo cheque, pelo menos parte deste, se destinava ainda ao pagamento da última prestação (€ 1.995,19) por ambos acordada, pelo que se encontrava na disposição de lhe restituir apenas € 1.197,11. **Três semanas depois**, em audiência de julgamento, foi conseguido, por intervenção do magistrado, que as partes pusessem termo ao processo por transacção. A. recebeu de B., nesse mesmo dia, um cheque de € 1.496,39, tendo o litígio sido dado por terminado. Isto sucedeu em Portugal: no Julgado de Paz de V.N. de Gaia.

### O que são os Julgados de Paz?

A Constituição da República Portuguesa, estabelecendo as categorias de Tribunais, contempla a possibilidade de existirem Julgados de Paz no n.º 2 do art.º 209º, tendo tal ideia tido consagração na Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, que passaremos a designar por Lei dos Julgados de Paz - LJP. O texto desta tem servido como base para a fase experimental em que existem, por enquanto, apenas quatro Julgados de Paz: Lisboa (21 de Janeiro), Oliveira do Bairro (22 de Janeiro), Seixal (1 de Fevereiro) e V.N. de Gaia (27 de Fevereiro). De acordo com informação recebida, antevê-se, dentro dos próximos tempos, a abertura de mais dez Julgados de Paz: Cantanhede, V.N. de Poiares, Viseu, Batalha, V.N. da Barquinha, Castelo Branco, Guimarães, Esposende, Tarouca e Terras de Bouro.

Não nos iremos aqui alongar sobre os princípios da simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual que se encontram subjacentes à filosofia dos procedimentos, funcionamento e organização dos Julgados de Paz. Para uma análise mais cuidada sobre o tema recomenda-se a leitura do livro *Julgados de Paz – Organização, competência e funcionamento* (Coimbra Editora, 2001) do Juiz Conselheiro J.O. Cardona Ferreira, Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz. Mencionaremos apenas que estes são também, *mutatis mutandis*, os princípios orientadores do processo perante os Juizados Especiais Cíveis brasileiros nos termos do art.º 2º da Lei Federal n.º 9.099, de 26.09.1995. O sucesso dos Juizados Especiais no Brasil foi tal que levou já à sua extensão à justiça federal.

Quanto à problemática da competência (em razão do objecto, valor, matéria e território) dos Julgados de Paz, também se remete o leitor mais interessado para um estudo de nível técnico-jurídico igualmente elevado: *Julgados de Paz – Organização, trâmites e formulários* (Quid Juris?, 2002) do Juiz de Direito Joel Timóteo Ramos Pereira.

Pela nossa parte, iremos apenas realçar alguns aspectos que consideramos particularmente inovadores face à visão tradicional da justiça a que nos encontramos habituados.

## A mediação

Existente em vários países há já muitos anos, surge agora, pela primeira vez no nosso ordenamento jurídico, a figura da mediação. Se compararmos informação estatística facilmente concluiremos que o rácio acções propostas em Tribunal/ população existente é em Portugal bastante superior ao de outros países europeus ainda que mais populosos. Um exemplo que tem sido vulgarmente utilizado é o da Holanda. Poderemos então concluir que existe entre nós uma maior propensão para a conflituosidade, o que se traduz numa elevada litigância judicial? Tal não é necessário ou forçoso pois outros factores poderão eventualmente também ser tidos em conta, mas constitui, pelo menos, uma hipótese de trabalho a considerar. O recurso à figura da mediação representa uma forma de se tentar responder a esse problema social.

Na mediação procura-se antes de mais que a solução para o conflito possa ser alcançada pelas próprias partes.

O procedimento que é vulgarmente utilizado nos Julgados de Paz apresenta-se como um convite às partes no sentido de tentarem primeiro a mediação. Assim, quando o requerimento inicial (peça processual com que começa o processo e que usualmente se designa *petição inicial*) é apresentado pessoalmente aos serviços de atendimento do Julgado de Paz, o demandante (Autor) é logo notificado da data em que terá lugar a sessão de pré-mediação (cfr. art.º 43º n.º 7 da LJP) desde que tal possibilidade não seja por si afastada (cfr. art.º 49º n.º 1 da LJP). De forma similar, quando o demandado (Réu) é citado, também lhe é dado logo conhecimento dessa data (cfr. art.º 45º n.º 2 da LJP) desde que o recurso à mediação não seja por si posto de lado (cfr. art.º 49º n.º 1 da LJP). A sessão de pré-mediação visa explicar às partes em que consiste a mediação e, no caso destas aceitarem (o que, diga-se em abono da verdade, acontece na maioria das vezes) tentar um acordo, é de imediato marcada a primeira sessão de mediação (cfr. art.º 50º n.º 1 e 2 da LJP) que se poderá realizar logo de seguida desde que haja mediador disponível. A prática que tem vindo a ser adoptada em V.N. de Gaia e, de acordo com aquilo que sabemos, em todos os Julgados de Paz, consiste na realização das sessões de mediação imediatamente posteriores às sessões de pré-mediação, o que se enquadra nos objectivos de simplicidade e economia processual que presidem à organização e funcionamento dos Julgados de Paz.

No desfecho da mediação ou se logra obter um acordo que é então submetido à imediata homologação pelo Juiz de Paz, passando a ter o valor de uma sentença (e a ser, consequentemente, um título executivo) ou, na falta deste, é marcado dia para a audiência de julgamento, do qual são as partes notificadas (cfr. art.º 56º da LJP). Na hipótese de ser realizado um acordo, tudo se passa como se o processo tivesse terminado por transacção, através da apresentação de um documento particular nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 3 do art.º 300º do Código de Processo Civil, aplicável ex vi art.º 63º da LJP.

A título exemplificativo, mencione-se que, pelo menos até 19 de Setembro, dos 48 processos concluídos no Julgado de Paz de V.N. de Gaia cerca de 44% dos mesmos foram-no por acordo alcançado em sede de mediação.

Por outro lado, a título de curiosidade refira-se que mais de 70% de todos os mediadores existentes a nível nacional são licenciados em Direito e que, de entre estes, mais de 50% são advogados. Num país em que unanimemente se diz existir um excesso de licenciados em Direito e em que cada vez mais difícil se torna a inscrição de advogados nos Conselhos Distritais da Ordem dos Advogados, a mediação apresenta-se também como geradora de postos de trabalho e, assim, duplamente útil do ponto de vista social.

## Uma concepção jusnaturalista do Direito

A competência dos Julgados de Paz em razão do valor está limitada às acções de valor igual ou inferior a € 3.740,98 (cfr. art.º 8º da LJP), ou seja, que não ultrapassem a alçada do tribunal de primeira instância. Entendemos que face à evolução socio-económica do país se deveria proceder à revisão de tal montante, elevando-o para um valor mais consentâneo com a realidade social, ou seja, para um patamar bem próximo dos € 8.000.

Quando o valor da acção não exceda metade do valor da alçada do tribunal de primeira instância, isto é, quando for igual ou inferior a € 1.870,49 pode o Juiz de Paz, se as partes assim acordarem, decidir segundo juízos de equidade (cfr. art.º 26º n.º 2 da LJP). Apesar de, na prática do Julgado de Paz de V.N. de Gaia tal não ter ainda ocorrido, pensamos ser uma possibilidade em extremo interessante, decorrente de uma opção jusnaturalista do legislador, com que muito nos congratulamos. O absurdo do positivismo jurídico é patente quando afirma que Direito é apenas a norma positivada, independentemente do conteúdo desta. Assim, de acordo com essa lógica tanto seria Direito uma disposição normativa de um Estado democrático como qualquer lei que estatuisse a segregação racial, tal como sucedeu na Alemanha nazi. Ou seja, Direito poderia ser duas coisas que mutuamente se excluem como *a* e *não-a* numa clara violação do princípio da não-contradição. Não desenvolveremos aqui este tema tão candente e de inegável actualidade na teoria e filosofia do Direito, dizendo apenas que já Sto. Agostinho, a propósito do conceito de justiça, se lhe referiu na “Cidade de Deus”, sendo, de igual modo, bem conhecido o velho aforismo do pensamento jurídico medieval *lex injusta non obligat*.

A LJP possibilita ao julgador, com a anuência das partes e em causas de valor muito reduzido, a possibilidade de decidir segundo a equidade, também designada por *justiça do caso concreto*. A moderação e correcção da legalidade estrita assumem aqui um papel relevante na procura da justiça material. As vertentes ontológica e axiológica do Direito encontram-se plasmadas nesta possibilidade. A ideia a reter é a seguinte: nos Julgados de Paz visa-se a participação e a proximidade das partes, pugnando-se pela justiça material.

## **237 processos entrados, 195 findos**

Até 19 de Setembro deste ano, os Juizes de Paz dos quatro Julgados de Paz em funcionamento receberam 237 processos encontrando-se findos 82% destes.

O tempo médio de conclusão de um processo tem sido de cerca de um mês, tendo havido, no entanto, situações em que esse lapso temporal é de uma semana sobretudo quando o caso se resolve através da mediação.

Os Julgados de Paz têm dado resposta atempada e célere a todas as acções que neles têm sido propostas. Se mais não fizeram foi porque tal exorbitaria a sua esfera de competência, sobretudo em razão do valor (o montante actualmente fixado para a alçada do tribunal de primeira instância é, em nossa modesta opinião, bastante baixo como já dissemos), ou porque dispõem de uma jurisdição territorial limitada. Por exemplo, o Julgado de Paz de Lisboa abrange apenas as freguesias de Benfca, Carnide e Lumiar, enquanto que o Julgado de V.N. de Gaia engloba seis freguesias (Avintes, Crestuma, Lever, Olival, Sandim e Pedroso, onde se encontra sediado) mas deixando de fora outras com elevada densidade populacional, tais como Grijó, Mafamude e Oliveira do Douro.

Ao falarmos do êxito dos Julgados de Paz poderemos, porventura, parecer suspeitos e que estamos a demonstrar um entusiasmo de parte interessada. Na realidade, porém, a forma tão positiva como os Julgados de Paz têm contribuído para dignificar a imagem da justiça no nosso país representa já um facto público e notório. Acreditamos mesmo que a conclusões similares irá chegar a equipa que, sob orientação do especialista de Sociologia do Direito do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) Prof. Pierre Guibentif, se encontra a elaborar um estudo sociológico sobre os Julgados de Paz nesta fase experimental.

## **Parceria Ministério da Justiça – Administração local**

Os recursos humanos e materiais afectos aos Julgados de Paz resultam de uma parceria do Ministério da Justiça com as autarquias locais, na sequência dos protocolos com estas celebrados. Assim, a administração local tem disponibilizado as instalações, equipamento informático, água, electricidade, telefone, etc. e pago a respectiva manutenção, enquanto que o Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral da Administração Extra-Judicial, tem suportado sobretudo encargos decorrentes da actividade dos mediadores e relativos à remuneração dos Juizes.

Consciente da mais-valia que a existência dos Julgados de Paz representa para os municípios, o poder local apostou forte nestas estruturas judiciais alternativas. Mais uma prova do sucesso destas é que são cada vez mais os municípios que têm vindo a reclamar a instalação de Julgados de Paz. Ora é por demais sabido que os autarcas não pediriam tal, nem se disponibilizariam em incorrer em custos, se não estivessem cientes das vantagens que os Julgados de Paz trazem às populações. De qualquer modo, torna-se por demais evidente constatar que, no âmbito das despesas totais do Ministério da Justiça, são absolutamente irrisórios os custos com os quatro Julgados de Paz existentes, incluindo com os Juizes de Paz que não dispõem do estatuto remuneratório dos demais magistrados e que nem sequer se encontram vinculados ao Estado, vivendo numa situação de precariedade laboral. Assim, e até numa pura lógica de custo-benefício fica sempre a ganhar o Estado com a existência dos Julgados de Paz.

## **Justiça ao alcance de todos**

Qualquer utente do sistema da administração da justiça ficará estupefacto face ao valor particularmente reduzido das custas processuais de uma acção proposta num Julgado de Paz. A parte vencedora está isenta de quaisquer custas e a declarada vencida pagará quando muito uma taxa única de € 70 (cfr. artigos 1º e 9º da Portaria n.º 1456/2001, de 28 de Dezembro). Acresce que é ainda possível beneficiar do regime geral do apoio judiciário (cfr. art.º 40º da LJP) quanto à dispensa, total ou parcial, de taxa única ou de pagamento de honorários de advogado. No caso do litígio ser resolvido por acordo serão as partes reembolsadas de € 10, reduzindo-se, deste modo, a taxa única para € 50 (cfr. art.º 7º da Portaria n.º 1456/2001, de 28 de Dezembro).

Quando alguém que é socialmente desfavorecido pretende propor uma acção num qualquer Tribunal Judicial pode sempre recorrer ao regime do apoio judiciário (cfr. Lei n.º 30-E/2000, de 20.12), através de requerimento dirigido à Segurança Social. Em regra, a resposta demora cerca de um mês. Na hipótese de ser solicitada a nomeação de patrono haverá que esperar cerca de trinta dias até ao deferimento do pedido feito e até lá a acção não poderá, em princípio, ser proposta. É que num qualquer Tribunal Judicial um processo só dá entrada através da apresentação de uma petição inicial, peça processual, em regra, elaborada por um advogado. Ora nos Julgados de Paz tal não se verifica, havendo também aqui uma vantagem acrescida para o cidadão. Num Julgado de Paz o processo inicia-se pela apresentação do requerimento inicial na secretaria, podendo este ser verbal e reduzido a escrito pelo serviço de atendimento (cfr. art.º 43º da LJP e alínea b) do n.º 1 do art.º 9º do DL n.º 329/2001, de 20 de Dezembro). O utente beneficia assim de um serviço de atendimento que lhe presta informação sobre a pré-mediação e a mediação, as atribuições e competências do Julgado de Paz e respectiva tramitação processual. No Julgado de Paz de V.N. de Gaia o serviço de atendimento é composto por três juristas, tratando-se de mais um exemplo de como existem tarefas socialmente úteis e que devem ser destinadas preferencialmente a licenciados em Direito. Afirmar que o demandante (Autor) não carece necessariamente de advogado para que uma acção dê entrada num Julgado de Paz não significa que a presença deste não seja em muitos casos obrigatória. Quando a parte for incapaz, analfabeta, desconhecadora da língua portuguesa ou se encontrar numa posição de manifesta inferioridade é forçoso que se faça acompanhar por advogado (cfr. art.º 38º n.º 2 da LJP), sendo também obrigatória a constituição de mandatário na fase de recurso (cfr. art.º 38º n.º 3 da LJP). Ao contrário do que uma ou outra voz isolada tem tentado propalar, os Julgados de Paz não foram concebidos para estarem contra qualquer tipo de classe profissional. Destinam-se ao povo e encontram-se fundamentalmente ao serviço deste.

## A luta pelo Direito

“A luta pelo Direito”, título da obra de Von Ihering, conhecido jurista alemão, é a expressão em que, para nós, melhor se enquadram os Julgados de Paz. A luta pelo Direito significa luta pelo acesso ao Direito por parte daqueles que deste mais precisam, luta pelo reconhecimento dos direitos, pela reparação dos danos sofridos, pela restauração da justiça material, pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Os Julgados de Paz partilham dessa luta. Não se trata de uma luta contra alguém, antes de um combate em prol do Direito, enquanto *dever-ser* orientado pela realização da ideia de justiça. Os Julgados de Paz não representam nenhum modelo redutor, mas visam afirmar-se no âmbito de uma complementaridade salutar face à visão tradicional da justiça. Uma comunidade democrática e plural que recuse a mudança, apresentando modelos fechados e monolíticos, compromete *ipso facto* os princípios em que se alicerça. As sociedades encontram-se em constante mutação e negar essa evidência encerrando a administração da justiça num protótipo imutável pode trazer custos elevados, sobretudo para aqueles a quem o Direito se dirige e que dele mais carecem. Não obstante os velhos do Restelo, os Julgados de Paz lutam pela afirmação do Direito, enquanto realização da justiça material numa democracia.

Paulo Brito

Juiz de Paz Coordenador do Julgado de Paz de Vila Nova de Gaia